

SOBRE O GRUPO ÁGUAS DO BRASIL

O **Grupo Águas do Brasil**, fundado em 1998, está entre as maiores empresas do setor privado de saneamento no país. Por meio dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, leva qualidade de vida e saúde a milhões de pessoas.

O Grupo tem o objetivo contribuir para equacionar o desafio do saneamento básico no Brasil, universalizando os serviços. Para isso, acumulou grande conhecimento na gestão e operação de concessionárias em locais com diferentes condições geográficas, econômicas e sociais. Com corpo técnico experiente e investimentos em inovação e implantação de novas instalações, as concessionárias atuam em três estados brasileiros – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Atualmente, a holding opera 79 estações de tratamento de água e 86 estações de tratamento de esgoto.

No segundo semestre de 2022, a empresa assumiu os serviços de saneamento de 17 municípios fluminenses, além da zona oeste da capital, com a Rio+Saneamento.

Águas do Paraíba, concessionária que atende o município de Campos dos Goytacazes, é representada legalmente pelos diretores Juscélio Azevedo de Souza e Mácio Salles Gomes.

INFORMAÇÕES

Os clientes de Águas do Paraíba que desejam obter mais informações sobre a qualidade da água podem procurar a agência de atendimento localizada na Av. Dr. José Alves de Azevedo, nº 233 – Centro, ou entrar em contato pelos canais de relacionamento: **WhatsApp (21) 97211-8064**, **site www.aguasdoparaiba.com.br**, **Aplicativo Cliente Águas** ou **0800 772 0422**.

Águas do Paraíba S/A - Av. Dr. José Alves de Azevedo, nº 233 – Centro.

Os órgãos responsáveis pela Vigilância da Qualidade da Água deste município são:

Secretaria Estadual de Saúde - RJ - Rua México, nº 128 / 4º andar - Assessoria de Doenças transmitidas por Água e Alimentos - Tel.: (21) 2299-9744 / 2299-9745.

Secretaria Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes - Departamento de Fiscalização de Vigilância Sanitária – Rua Voluntários da Pátria, nº 161/85 – Centro – Tel: (22) 9 8113-3398.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Decreto Presidencial 5.440, de 04/05/2005, que institui mecanismos para divulgação das informações sobre a qualidade da água distribuída para consumo humano.

Lei 8.078, de 11/09/1990, que dispõe sobre o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme:

Artigo 6º - São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem. (Redação dada pela Lei nº 12.741, de 2012).

Artigo 31º - A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Portaria da Consolidação Nº 05/2017, alterado pela Portaria GM/MSNº 888/2021 e Portaria GM/MS Nº 2.472/2021 – dentre as obrigações dos responsáveis pela operação do sistema de abastecimento de água, destacam-se as seguintes ações:

- Realizar o controle da qualidade da água;
- Garantir a operação e a manutenção das instalações destinadas ao abastecimento de água potável;
- Manter registros e fornecimento de informações periódicas às autoridades de saúde pública a respeito da qualidade da água.

Relatório Anual de Qualidade da Água 2022

Sistema de Abastecimento SEIS MARIAS

MANANCIAL

A água produzida e distribuída no sistema alternativo coletivo Seis Marias, é captada em lençol freático profundo, classificado como manancial subterrâneo, que tem como característica uma água de boa qualidade.

De acordo com a Portaria GM/MS Nº 888/2021 e Portaria GM/MS Nº 2.472/2021, os sistemas ou soluções alternativas coletivas de abastecimento de água supridas por manancial subterrâneo com ausência de contaminação por Escherichia coli devem realizar cloração na água mantendo o residual mínimo no sistema de distribuição (reservatório e rede). O artigo 13º da resolução CONAMA 396, intitula o poder público como responsável por realizar o monitoramento e controle da qualidade da água do manancial. No estado do Rio de Janeiro o órgão responsável é o Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

PROCESSOS DE TRATAMENTO DA ÁGUA

Coagulação	Processo de adição de produto químico em que transforma as impurezas em partículas que possam ser removidas pela decantação e filtração.
Floculação	Processo de formação de flocos a partir de partículas coloidais desestabilizadas visando sua remoção em processo de separação posterior.
Decantação	Processo de separação do material sólido presente em um líquido pela gravidade.
Filtração	Processo de separação de sólido-líquido, por meio granular, onde as partículas presentes na água ficam retidas.
Desinfecção	Processo que garante a eliminação dos microrganismos patogênicos.
Fluoretação	Processo de adição de flúor à água para auxiliar na prevenção de cáries.
Correção de pH	Processo de correção da acidez da água, através da adição de alcalinizante.

MONITORAMENTO

A concessionária Águas do Paraíba realiza o monitoramento e o controle de qualidade da água, conforme solicita- do pelas legislações pertinentes. Os parâmetros básicos monitorados, bem como suas descrições e padrões de potabilidade, seguem abaixo.

Fluoreto	Teor de concentração do íon fluoreto presente na água destinada ao consumo humano para produzir os efeitos desejados à prevenção da cárie dental. Apresenta valor máximo permitido pela Portaria GM/MS Nº 888/2021 e Portaria GM/MS Nº 2.472/2021 de 1,5mg/L.
Cloro Residual Livre	Quantidade de cloro que permanece na rede de distribuição após o processo de desinfecção, capaz de manter a qualidade da água distribuída ao longo de todo o percurso na rede. Apresenta limite compreendido entre 0,2 e 5mg/L.
Turbidez	Característica que mede o grau de transparência da água. Apresenta valor máximo permitido na rede de distribuição de 5,0 uT.
Cor Aparente	Característica que mede o grau de coloração da água. Apresenta valor máximo permitido de 15 uH.
pH	pH Indicador do grau de neutralidade, acidez e alcalinidade da água. Ideal entre 6,0 e 9,0.
Coliformes Totais	Indicador de integridade do sistema de distribuição. Deve demonstrar ausência em 95% das amostras.
Escherichia Coli	Indicador de contaminação fecal. Deve demonstrar ausência em 100% das amostras.

CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

Referência 2022	Portaria GM/MS Nº 888 de 4 de maio de 2021 e Portaria GM/MS Nº 2472 de 28 de setembro de 2021														
	Responsável Técnico: Jéssica Dias Rodrigues										CRQ: RJ 033021289				
	Físico - Químico										Bacteriológico				
	Cloro Residual Livre			Turbidez			Cor			Coliformes Totais			Escherichia Coli		
	0,2 a 5,0 mg/L			VMP = 5,0 uT			VMP = 15 uH			Ausência em 100 mL em 95% das amostras examinadas/mês			Ausência em 100 mL		
	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Valor Médio Detectado	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Valor Médio Detectado	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Valor Médio Detectado	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Nº Amostras Conformes	Nº Amostras Exigidas	Nº Amostras Realizadas	Nº Amostras Conformes
Janeiro	5	5	0,53	5	5	0,65	5	5	1	5	5	5	5	5	5
Fevereiro	5	5	0,59	5	5	1,08	5	5	1	5	5	5	5	5	5
Março	5	5	0,66	5	5	0,48	5	5	0	5	5	5	5	5	5
Abril	5	5	0,51	5	5	0,53	5	5	0	5	5	5	5	5	5
Maio	5	5	0,55	5	5	0,37	5	5	0	5	5	5	5	5	5
Junho	5	5	0,63	5	5	0,21	5	5	0	5	5	5	5	5	5
Julho	5	5	0,51	5	5	0,35	5	5	0	5	5	5	5	5	5
Agosto	5	5	0,83	5	5	0,42	5	5	0	5	5	5	5	5	5
Setembro	5	5	0,56	5	5	0,56	5	5	0	5	5	5	5	5	5
Outubro	5	5	1,19	5	5	0,39	5	5	0	5	5	5	5	5	5
Novembro	5	5	0,55	5	5	0,80	5	5	0	5	5	5	5	5	5
Dezembro	5	5	0,59	5	5	0,23	5	5	0	5	5	5	5	5	5

VMP = Valor Máximo Permitido.
Sistema: Seis Marias.
Processo de Tratamento: Floculação, filtração, desinfecção, fluoretação e distribuição a partir de reservatório de contato.
Município Abastecido: Campos dos Goytacazes.
* Dispensada a análise de pH e fluoreto no sistema de distribuição (reservatório e rede), conforme Portaria GM/MS Nº 2.472/2021.

